

Boletim 45 - julho de 1993

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - SFH - PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL - CONHECIMENTO DE MÉRITO

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CASA PRÓPRIA. CONTRATO. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. CONHECIMENTO DE MÉRITO.

1 - O pedido de pagamento da dívida, nos termos do pactuado, não perde o objeto com o advento da Lei 8.177/91, vez que este somente prevê a possibilidade de liquidação da dívida, hipótese em que se anula a sentença para se conhecer do mérito.

2 - Apelação provida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 8.232 - PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 03 de novembro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - LICENÇA - PRÊMIO - INTERRUPÇÃO

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE. PENA DISCIPLINAR. INTERRUPÇÃO.

1 - A punição disciplinar ocorrida durante a ordem normativa anterior ao Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 - interrompe a contagem do decênio, reiniciando novo período aquisitivo quinquenal que não se completou.

2 - Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 12.598 - SE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 20 de outubro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - IAA - PLANO DE SAFRA ANUAL

EMENTA:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IAA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. REMESSA OFICIAL. PLANO DE SAFRA ANUAL. COTA PARA EXPORTAÇÃO. PROCEDIMENTOS CAUTELAR E PRINCIPAL.

1 - O Decreto 99.288 de 06.06.90 transferiu atribuições e competências do extinto IAA e de seus órgãos para a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, sendo pois, caso de remessa oficial, em face da substituição processual ocorrida.

2 - Preliminar de não cabimento de remessa oficial rejeitada.

3 - À inexistência de aprovação de um Plano de Safra estabelecido por quem competente e oportuno tempore, tem-se como Plano de Safra, inclusive no tocante à cota de exportação, o fixado para o ano anterior que, dentro da política açucareira ditada pelo Governo, melhor atende aos comércios interno e externo.

4 - Remessa oficial improvida.

Remessa "Ex Officio" nº 15.272 - PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 10 de novembro de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - ENSINO SUPERIOR - VESTIBULAR

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. VESTIBULAR.

- O Regulamento da Universidade que prevê a hipótese de ter a prova de redação caráter eliminatório não viola os ditames legais da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, em seu art. 17.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 15.759 - RN

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 23 de março de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - REFORMA - ESQUIZOFRENIA CATATÔNICA

EMENTA:

MILITAR. REFORMA. ESQUIZOFRENIA CATATÔNICA.

- A presença de uma das doenças elencadas no art. 108 e seus incisos, da Lei nº 6880/80, denota a incapacidade definitiva para o labor.

- O laudo de exame de sanidade mental regido pelo Instituto Técnico-Científico de Polícia - ITEP é prova bastante para conferir o direito requerido pelo postulante.

- Remessa oficial improvida.

Remessa "Ex Officio" nº 18.959 - RN

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 01 de abril de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - COMPRA DE BENS - CORREÇÃO MONETÁRIA
EMENTA:

ADMINISTRATIVO. COMPRA DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATRASO NO PAGAMENTO.
CORREÇÃO MONETÁRIA.

- O atraso, por parte da Administração Pública, no pagamento de preço de bens adquiridos regularmente a particulares, mediante licitação, enseja a incidência da correção monetária.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 12.635 - CE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 11 de fevereiro de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - LICENCIAMENTO - TAIFEIRO
EMENTA:

ADMINISTRATIVO. MILITAR.

- Licenciamento de Taifeiro que, ao ser integrado no serviço militar, já tinha mais de onze anos como servidor civil, na mesma instituição.

- Estabilidade que seria anulada pelo ato que implicou em mudança de regime.

- Situação excepcional que autoriza o reconhecimento do tempo de serviço civil.

Aplicação do princípio da boa-fé.

- Apelo provido.

Apelação Cível nº 23.659 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 13 de abril de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - ENSINO SUPERIOR - PORTARIA - ILEGALIDADE
EMENTA:

ENSINO SUPERIOR.

- Portaria que veda a ocupação de mais de uma vaga em instituição pública de ensino superior. Ilegalidade.

- Flagrante violação ao princípio de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

- Impossibilidade de uma simples portaria, ato administrativo interno, conter imposições aos cidadãos, próprias de atos externos (leis e decretos).

- Voto preliminar vencido do relator, que extinguia o processo ao reconhecer a ilegitimidade passiva da autoridade apontada como coatora.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 10.858 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 23 de março de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - ENSINO SUPERIOR - PROFESSOR - ISONOMIA SALARIAL
EMENTA:

PROFESSOR DE 1º E 2º GRAUS. ENSINO SUPERIOR. INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO. EQUIPARAÇÃO. LEIS N°S 7596/87 E 8243/91.

- A Lei nº 7596/87, ao determinar fosse criado um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para os docentes de Universidades e demais instituições federais de ensino superior, não concedeu, por si mesma, isonomia salarial entre os membros do magistério de 1º e 2º graus e os integrantes da carreira de magistério superior.

- Apelo improvido. Sentença mantida.

Apelação Cível nº 24.476 - AL

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 27 de maio de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - MÉDICO UTEÍSTA - EDITAL - EXIGÊNCIA
EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO UTEÍSTA. EDITAL: EXIGÊNCIA LEGÍTIMA.

CERTIFICADO DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU TÍTULO DE ESPECIALISTA PELA ASSOCIAÇÃO
MÉDICA INTENSIVA BRASILEIRA. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA.

- Sobre a alegação de cerceamento de defesa: o procedimento summaríssimo do mandamus não admite dilação probatória.

- As inscrições abriram-se através do Edital nº 02/91, estipulador, nas Normas Gerais, da necessidade de apresentação, para o caso de médico uteísta, de certificado de Residência Médica na área de Clínica Médica ou título de especialista pela Associação Médica Intensiva Brasileira.

- Insuficiente o documento exigido como primeira opção; quanto ao segundo requisito, não se mostra satisfeito pelo requerente, a não trazer qualquer documentação fornecida pela Associação Médica Intensiva Brasileira.

- Apelação desprovida. Sentença confirmada.

Apelação em Mandado de Segurança nº 7.736 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 06 de agosto de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CIVIL

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - PRESTAÇÃO DA CASA PRÓPRIA - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
EMENTA:

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PRESTAÇÃO DA CASA PRÓPRIA.

- Comprovação mediante documentos da desproporção entre aumento no valor dos vencimentos e valor das prestações.

- Petição que, embora não esteja redigida de forma clara, possibilita a compreensão do pedido e da causa de pedir, razão pela qual se rejeita a alegação de inépcia.

- Apelação provida.

Apelação Cível nº 23.609 - RN

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 26 de maio de 1993, à unanimidade)

CIVIL - RESPONSABILIDADE - MORTE DE SERVIDOR - INDENIZAÇÃO

EMENTA:

CIVIL. RESPONSABILIDADE. MORTE DE SERVIDOR. INDENIZAÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO.

- O herdeiro de servidor, vítima de latrocínio no desempenho de suas funções, tem direito a indenização fixada com base no valor dos vencimentos e vantagens daquele. Encontrando-se a vítima em função desviada, à qual corresponda remuneração mais elevada, é justo que, com base nesta, seja calculada a indenização.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 13.293 - PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 15 de abril de 1993, à unanimidade)

CIVIL - POSSE DE MÁ - FÉ - REINTEGRAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

EMENTA:

CIVIL. POSSE DE MÁ-FÉ. REINTEGRAÇÃO DO PROPRIETÁRIO.

- Questionada a legitimidade da posse, deve ser esta atribuída ao proprietário do bem.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 16.387 - PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 18 de março de 1993, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - VEÍCULOS USADOS - PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO -
PORTARIA DO DECEX

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS USADOS.

PORTARIA DO DECEX. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ISONOMIA.

- Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam. Rejeição.

- As portarias, regulamentos, instruções e demais atos editados pelo Executivo não se enquadram no princípio da legalidade, não podendo ser considerados lei em sentido formal e não se prestando para estabelecer deveres e obrigações aos particulares.

- A proibição de importação exclusivamente de veículos usados, enquanto permitida a importação de veículos novos, violou o princípio isonômico.

- Sentença concessiva que se confirma.

Apelação em Mandado de Segurança nº 26.500 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 30 de junho de 1993, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO - TRABALHADOR RURAL - PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIO
EMENTA:

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIO NÃO INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO - ART. 201, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

- O corolário da divergência em questão é quanto à aplicação imediata ou não do dispositivo constitucional invocado.

- O caput do art. 201, da CF, não condiciona a aplicação da expressão prescrita em sua parte final aos parágrafos. Refere-se, unicamente, aos incisos.

- É o § 5º do art. 201 de aplicação imediata, por não se encontrar condicionado a uma normação ulterior.

- A interpretação dos dispositivos constitucionais há de ser sistematizada, devendo-se tomar em consideração os princípios fundamentais insertos nos arts.

1º e 3º, da CF, que devem nortear o aplicador da lei.

- Apelação a que se dá provimento. Sentença reformada.

Apelação Cível nº 22.469 - CE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 27 de abril de 1993, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO - RENDA MENSAL INICIAL - SENTENÇA EXTRA PETITA
EMENTA:

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. RENDA MENSAL INICIAL. ART. 202, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. SENTENÇA DE CONTEÚDO ESTRANHO À LITIS CONTESTATIO.

- Sendo única a pretensão consignada na exordial, consistente no recálculo da Renda Mensal Inicial da aposentadoria dos autores, é de se ter a decisão que defere a revisão dos valores dos benefícios com o fito de restabelecer o poder aquisitivo destes, expresso em números de salários mínimos, como extra petita.

- O magistrado, quando do deslinde da controvérsia, deve ficar adstrito aos limites traçados pela litis contestatio. Sendo a matéria constante do decisum estranha àquela, há de se decretar a sua nulidade.

- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença.

Apelação Cível nº 23.778 - CE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 27 de abril de 1993, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL - SINDICATO - VEDAÇÃO DE INTERFERÊNCIA DO PODER PÚBLICO

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. SINDICATO. ART. 8º, INCISOS I E II, DA CF/88.

- É vedado ao Poder Público interferir ou intervir na organização sindical, ressalvado o registro no órgão competente.

- Sentença confirmada. Apelação improvida.

Apelação Cível nº 19.295 - PB

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 17 de dezembro de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PENAL

PENAL E PROCESSUAL PENAL - AÇÃO PENAL - DENÚNCIA CONTRA EX - PREFEITO REJEIÇÃO
EMENTA:

AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. DENÚNCIA CONTRA EX-PREFEITO. REJEIÇÃO.

- Revogação do Título III, do Livro ., do Código de Processo Penal. Lei nº 8.658/93. Aplicação do rito previsto na Lei nº 8.038/90 aos TRFs. Competência do Plenário para deliberar sobre o recebimento ou não da peça acusatória.
- Fornecimento de certidão de tempo de serviço ideologicamente falsa por prefeito municipal. Finalidade de utilização por servidor do DNOCS para obtenção de estabilidade funcional.

- Denúncia por crime de falsidade ideológica - CP, art. 299. Fatos descritos que se enquadram à hipótese prevista no art. 301, caput, do Código Penal - certidão ou atestado ideologicamente falso. Aplicação do princípio da especialidade.

- Delito apenado com detenção de dois meses a um ano.

- Tendo decorrido mais de 04 (quatro) anos entre a consumação do fato e a data da deliberação pelo Plenário sobre o recebimento da denúncia (primeiro evento interruptivo do prazo prescricional), extinguiu-se a punibilidade.

- Prescrição da pretensão punitiva. Rejeição da denúncia. CPP, art. 43, II.

Inquérito nº 72 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 23 de junho de 1993, à unanimidade)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - ESTRANGEIRO EM SITUAÇÃO IRREGULAR

EMENTA:

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. ESTRANGEIRO EM SITUAÇÃO IRREGULAR. PROGRESSÃO DO REGIME FECHADO PARA O SEMI-ABERTO.

IMPOSSIBILIDADE.

1 - O estrangeiro em situação irregular no país deve ser imediatamente deportado (Lei nº 6815/80, art. 56). Se ele é condenado, não deve ter progressão do regime fechado para o semi-aberto, uma vez que o cumprimento da pena nesse último regime frustraria a deportação ou a expulsão, ante a oportunidade maior de evasão.

2 - Já tendo o outro agravante sido expulso do país, perdeu este recurso o seu objeto em relação àquele.

Agravo em Execução Penal nº 56 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 23 de março de 1993, à unanimidade)

PENAL - ESTELIONATO - PREScriÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

EMENTA:

PENAL. ESTELIONATO. DECRETAÇÃO DA PREScriÇÃO RETROATIVA DA PRETENSÃO PUNITIVA. CONSIDERAÇÃO DA PENA APLICADA IN CONCRETO.

1 - A prescrição retroativa é analisada com base na pena aplicada efetivamente pela decisão condenatória, e não pela pena máxima cominada in abstrato.

2 - In casu, o apelante foi condenado à prestação de serviços comunitários, pelo período de 01 (um) ano, a ser considerado para fins de interpretação do art. 109 e seus incisos, do Código Penal, conforme inteligência do parágrafo único do referido dispositivo legal.

3 - Transcorridos mais de 04 (quatro) anos entre a prática do fato delituoso e o recebimento da denúncia, impõe-se a decretação da prescrição retroativa da pretensão punitiva, obstaculizando-se, pois, o exame do mérito da contenda.

4. Preliminar de prescrição acolhida. Apelação provida.

Apelação Criminal nº 665 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 11 de maio de 1993, à unanimidade)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - AUSÊNCIA DE PROVA DA AUTORIA DO CRIME

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. AUSÊNCIA DE PROVA DA AUTORIA DO CRIME. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE.

1 - Se a prova colhida nos autos não esclarece ter sido o denunciado o autor do desmatamento do manguezal, é de se ter por improcedente a denúncia ofertada.

2 - No processo penal, vale o princípio do *in dubio pro reo*, devendo a condenação se basear em prova clara e inequívoca.

3 - Apelação improvida.

Apelação Criminal nº 376 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 23 de março de 1993, à unanimidade)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - CRIME DE CALÚNIA - PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL

EMENTA:

PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE CALÚNIA. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.

- Inocorrência da decadência do direito de representação, de vez que esta foi apresentada em 29/07/92, relativamente a fatos ocorridos em fevereiro do mesmo ano.

- Inidoneidade do writ ante a necessidade de análise de provas. Denegação da ordem.

Habeas Corpus nº 262 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 02 de março de 1993, por maioria de votos)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO - PAIS - DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. PAIS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NÃO EXCLUSIVA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 229. SÚMULA 229 DO EX-TFR. ART. 397 DO CÓDIGO CIVIL. LEI 8213/91 - ART. 16, II.

1. Os pais do segurado têm direito a pensão previdenciária, em caso de morte do filho, se provada a dependência econômica, mesmo não exclusiva.

2. A prova dos autos confirma a dependência econômica dos autores em relação a sua filha, segurada da Previdência Social.

3. Apelação provida.

Apelação Cível nº 16.093 - PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 17 de novembro de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - VALOR DA CAUSA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VALOR DA CAUSA. (AÇÃO CONSIGNATÓRIA).

1 - O valor da causa, na ação consignatória, é a importância que se pretende consignar.

2. Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.088 - PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 20 de outubro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE SENTENÇA - USUCAPIÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE SENTENÇA. USUCAPIÃO.

SENTENÇA. RETIFICAÇÃO DE ERRO.

- Alegação de que a sentença retificadora extrapolou os termos do art. 463, I, do CPC, devendo, por isso, ser considerada inexistente e atacável, em qualquer tempo, por meio de ação declaratória de inexistência.

- Ato de integração ou de correção do julgamento. Embora tenha corrigido a área usucapida, a correção não teve o sentido de contrariar o primeiro julgamento nem o de estabelecer conflito de prevalência entre os dois atos.

- Ato retificador que não se enquadra como ato inexistente, segundo ensinamento doutrinário da Professora Teresa Arruda Alvim Pinto ("Nulidades da Sentença" - RT, 2^a ed., págs. 203/204).

- A sentença proferida em usucapião está sujeita a rescisória.

- Indeferimento inicial da ação declaratória mantido.

Apelação Cível nº 19.275 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 17 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - AÇÃO DECLARATÓRIA - CONTRIBUIÇÃO - FUNRURAL
EMENTA:

AÇÃO DECLARATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO. FUNRURAL. PRODUTOR RURAL. COUROS E PELES.
EMPRESA INDUSTRIAL BENEFICIADORA.

- Pedido declaratório de inexistência de relação jurídica contributiva da empresa ao FUNRURAL na aquisição de couros e peles comercializados por terceiros não produtores.

- Resistência da autarquia ré: responsabilidade do comprador, mesmo não imediato ao produtor.

- Pertinência da ação para aclarar o direito do contribuinte.

- Procedência. Sentença declaratória negativa. Efeitos limitados à questão consultada: não está a empresa, na situação descrita, obrigada ao recolhimento.

- A contrário senso, incidirá a contribuição nas aquisições imediatas ao produtor, ainda que disfarçadas com a indicação de atravessadores inexistentes.

Apelação Cível nº 26.034 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 30 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - SUSPEIÇÃO
EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SUSPEIÇÃO.

- A declaração de interesse no julgamento da causa, pelo juiz que afirma sua própria suspeição, há de ser acolhida porque significa afirmação de ausência da imparcialidade necessária ao desempenho da função jurisdicional. Não importa a ausência de interesse no sentido jurídico. Basta o interesse de fato. Se este é afirmado pelo próprio juiz, não é razoável questioná-lo.

- Conflito conhecido. Competência do MM. Juiz Federal da 1^a Vara-PE.

Conflito de Competência nº 134 - PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 12 de maio de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - CABIMENTO
EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DECLAROU A FALSIDADE DE PROCURAÇÃO OUTORGADA A ADVOGADA NA ARGÜIÇÃO DE INCIDENTE DE FALSIDADE. CABIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO POR SE TRATAR DE DECISÃO NÃO TERMINATIVA DO FEITO PRINCIPAL. EXAME PERICIAL NÃO REALIZADO. FALSIDADE DO DOCUMENTO CONFESSADA NOS AUTOS DO AGRAVO. AUTORIA DO ILÍCITO ATRIBUÍDA À FILHA DA AGRAVANTE. PROVIMENTO DO AGRAVO PARA QUE SE FAÇA A PROVA PERICIAL.

1 - O incidente de falsidade não é espécie de ação. O decisório nele proferido, por não ser terminativo do processo em julgamento de mérito e nem o extinguir com o julgamento de fundo, representa ato incidental impugnável por meio de agravo de instrumento.

2 - O art. 392, do CPC, traz comando imperativo no sentido de que, tenha ou não sido impugnada a argüição, o exame pericial é sempre inafastável.

3 - Embora confessada a falsidade do documento, torna-se necessário o exame pericial grafotécnico para apurar a autoria do ilícito, tendo em vista a reputação profissional da advogada sobre a qual recai a suspeita de ter contribuído para a consumação do fato.

4 - Agravo provido para determinar o exame pericial grafotécnico, a fim de se esclarecer a autoria da falsidade documental.

Agravo de Instrumento nº 2.466 - AL

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 29 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - JUSTIÇA GRATUITA - DENEGAÇÃO DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA
EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEL. DENEGAÇÃO DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA.

- Alegação de insuficiência de rendimentos para custear a realização de perícia.
- Evidência da condição econômica que permite aos autores pagar as custas do processo.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.450 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de maio de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - ACORDO - CELEBRAÇÃO DURANTE A EXECUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL.

- Acordo celebrado durante a execução e homologação por sentença com trânsito em julgado.

- Se a autarquia devedora não efetua o pagamento, cabe o prosseguimento do feito com a expedição de precatório, após a atualização.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 24.078 - RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 20 de abril de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - PROMESSA DE COMPRA E VENDA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO.

- Promessa de compra e venda com cláusula de transmissão de posse. Hipótese em que demonstrada a continuidade da posse dos promitentes vendedores.

- Ineficácia do ato para desconstituir penhora em execução fiscal.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 25.068 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 18 de maio de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL - CONT.SOCIAL - INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA LEI 7.689/88

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL.

I - Inaplica-se o enunciado da Súmula 293-STF quando o acórdão não foi precedido de declaração de inconstitucionalidade argüida no mesmo processo.

II - Se não consta dos autos a fundamentação do voto vencido, tem-se como integralmente discordante da tese vencedora.

III - Contribuição social sobre o lucro da empresa. Orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que se trata de tributo, que poderia ser criado por lei ordinária e arrecadado pela União. Inconstitucionalidade apenas do art. 8º da Lei 7.689/88 (RE 146.733-9/210). Caso em que se não discute o período de apuração referente ao ano de 1988.

IV - Embargos providos.

Embargos Infringentes em AC nº 17.680 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 05 de maio de 1993, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - MS - INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO.

- Inocorrência de decadência do direito de ação, vez que a ameaça de autuação pelo fisco se renova trimestralmente.

- Apelação provida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.439 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 16 de março de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.

- Entidade de classe tem legitimidade para substituir seus associados em mandado de segurança coletivo, independente de prévia autorização, quando o pedido tem afinidade com os fins da entidade.

- Remessa e apelo providos.

Apelação em Mandado de Segurança nº 12.453 - SE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 27 de maio de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

EMENTA:

EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.

- A execução somente prossegue contra os sócios quando a pessoa jurídica executada não dispõe de bens suficientes para garantir o débito fiscal (art. 4º, § 3º, da Lei 6.830/80).

- Agravo rejeitado.

Agravo de Instrumento nº 1.381 - RN

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 07 de maio de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - INDEFERIMENTO DA INICIAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA QUE EXTINGUE PROCESSO FACE AO INDEFERIMENTO DA INICIAL. ART. 296, CAPUT, DO CPC. ART. 34 DA LEI 6.830/80.

- A alçada estabelecida no art. 34 da Lei das Execuções Fiscais vale em qualquer estágio da ação de cobrança judicial, desde seu ajuizamento, não a prejudicando o art. 296 do Código de Processo Civil.

- Agravo a que se nega provimento.

Agravo de Instrumento nº 1.450 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 07 de maio de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - DEVOLUÇÃO DE PRAZO - INCABIMENTO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEVOLUÇÃO DE PRAZO. INCABIMENTO.

INTIMAÇÃO A UM SÓ PROCURADOR AUTÁRQUICO, QUANDO MAIS DE UM ATUOU NA CAUSA.

- Tratando-se de procurador autárquico, e mais de um tendo atuado no processo, irrelevante se apresenta a questão do nome do causídico que representa a entidade, sendo perfeita a intimação a qualquer deles, desde que do quadro do órgão.

- Agravo a que se nega provimento.

Agravo de Instrumento nº 1.544 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 21 de maio de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PREPARO - PRAZO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO. PREPARO. PRAZO.

1 - Consoante estabelece o inc. II, do art. 10, da Lei nº 6.032, de 30.04.74, o prazo para preparo, em causas ajuizadas na Justiça Federal, é de cinco dias. Este dispositivo não foi revogado pela nova redação dada ao inc. IV, do art. 15, pela Lei nº 6.789, de 28.05.80.

2 - Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.257 - AL

Relator: Juiz Barros Dias

(Julgado em 02 de março de 1993, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSUAL PENAL - EXCEÇÃO DA VERDADE - COMPETÊNCIA DA INSTÂNCIA AD QUEM EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. QUESTÃO DE ORDEM. CRIME CONTRA A HONRA. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. EXCEÇÃO DA VERDADE. COMPETÊNCIA DA INSTÂNCIA AD QUEM LIMITADA AO JULGAMENTO DO INCIDENTE.

- Ação penal instaurada mediante representação de Procurador da República contra Delegado de Polícia Federal.

- Exceção da verdade oferecida contra pessoa que goza de foro privilegiado por prerrogativa de função perante TRF.

- A competência da 2ª instância limita-se ao julgamento da exceção. Mesmo após a admissão do incidente, este continuará seu curso na primeira instância, que tem a competência para processá-lo e apenas na oportunidade do julgamento é que deve ser remetido ao Tribunal.

- Exceção remetida à instância ad quem sem que fosse transposto o juízo de admissibilidade e processamento do incidente.

- Devolução dos autos à instância de origem.

Exceção da Verdade nº 70 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 09 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - ORDEM JUDICIAL - PAGAMENTO DECORRENTE DE CONDENAÇÃO JUDICIAL EMENTA:

HABEAS CORPUS. ORDEM JUDICIAL. PAGAMENTO DECORRENTE DE CONDENAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO PENAL POR CRIME DE DESOBEDIÊNCIA.

- O orçamento das pessoas jurídicas de direito público é limitativo da ação do administrador.

- Comprovado que o denunciado por crime de desobediência não poderia cumprir a ordem judicial, à falta de recursos orçamentários, concede-se a ordem para trancamento da ação penal iniciada.

Habeas Corpus nº 292 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 09 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO - PRAZO PARA CONCLUSÃO

EMENTA:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. INQUÉRITO. PRAZO PARA CONCLUSÃO.

1 - O prazo para conclusão do inquérito policial não pode ser superior a 30 (trinta) dias, conforme determina a Lei nº 5010/66. Ultrapassado tal prazo deve o acusado ser posto em liberdade.

2 - Ordem concedida.

Habeas Corpus nº 276 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 23 de março de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - HC - TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL - DENEGAÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGATIVAS DE INÉPCIA DA INICIAL E DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ACOLHIMENTO DA DENÚNCIA.

1 - A denúncia produzida de conformidade com as precisas exigências contidas no Código de Processo Penal, embora sucinta e ainda que mal formulada, não se reputa como inepta, sem aptidão para a instauração da relação processual penal.

2 - Integram a peça desencadeadora da ação penal os documentos a ela colacionados, entre os quais, no caso vertente, o inquérito policial, que, com profundidade, expõe os fatos reputados como criminosos, oferecendo subsídios para a propositura da denúncia.

3 - Apesar de se impor a fundamentação das deliberações judiciais, tal não se faz mister no despacho que acolhe a denúncia, com a dimensão exigida para o despacho que a rejeita, vez que, no curso da ação penal, a acusada terá a oportunidade de repelir os argumentos tecidos na peça e no inquérito a ela anexado.

4 - Para o acatamento da denúncia é suficiente a presença dos elementos legais formais e a razoabilidade das alegativas, a demandarem a instrução probatória elastecida para a elucidação da suposta violação à ordem jurídica, levantada pelo Ministério Público.

5 - O emprego do habeas corpus para trancamento de ação penal só merece guarida em situações excepcionais, incorrentes nos autos, considerando ser razoável a opinio delicti, consubstanciada pela identificação, pelo representante do Parquet dos requisitos exigidos, quais sejam, a demonstração da materialidade do delito e a fundada suspeita sobre os supostamente responsáveis pela sua prática.

6 - Ordem de habeas corpus denegada.

Habeas Corpus nº 281 - AL

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 04 de maio de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - ESTELIONATO - PRESCRIÇÃO

EMENTA:

HABEAS CORPUS. CRIME DE ESTELIONATO.

- Prazo prescricional que se consuma em doze anos. Fato tido como criminoso ocorrido, entretanto, quando ainda não havia a acusada atingido sua maioridade civil. Aplicação do art. 115 do CP, que, nesses casos, reduz à metade o prazo prescricional.

- Decurso de mais de oito anos entre a data do fato (31.08.84) e a data do recebimento da denúncia (02.12.92), que autorizem o reconhecimento da extinção da pretensão punitiva pela prescrição.

- Trancamento da ação penal no tocante à paciente.

- Ordem que se concede.

Habeas Corpus nº 265 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 23 de março de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - PEDIDO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - SUSPENSÃO DO PROCESSO
EMENTA:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. ART. 14 DA LEI Nº 8.137/90. DENEGAÇÃO.

- Inexiste coação ilegal quando determinada a suspensão do processo criminal para ouvir o Ministério Público sobre pedido de extinção da punibilidade.

- Dúvidas quanto ao pagamento integral dos tributos torna inidônea a via estreita do writ.

- Ordem denegada.

Habeas Corpus nº 252 - CE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 17 de dezembro de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - CORREÇÃO MONETÁRIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. CORREÇÃO MONETÁRIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. LEI Nº 8.200/91. DECRETO Nº 322/91.

- A tributação do que não é renda, mas simples decorrência da inflação monetária, ofende o disposto no art. 43, do CTN. Assim, a pessoa jurídica, contribuinte do imposto de renda, tem direito de proceder à correção monetária de suas demonstrações financeiras, do ano-base de 1990, exercício financeiro de 1991, com base no INPC, como reconhecido pela Lei nº 8.200/91, sem as restrições

de seu regulamento, pertinentes à determinação do lucro da exploração e à dedução das cotas de depreciação.

- O diferimento estabelecido pela Lei nº 8.200/91 consubstancia empréstimo compulsório, que somente por lei complementar, e nas hipóteses constitucionalmente previstas, poderia ser instituído.

- Apelação provida

Apelação em Mandado de Segurança nº 17.371 - PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 29 de abril de 1993, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - PRAZO PRESCRICIONAL

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. DL N° 2288/86. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRAZO PRESCRICIONAL. CARACTERIZAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE CAUSA DE SUSPENSÃO.

1 - A preliminar de prescrição não merece acolhida. O prazo prescricional só deve começar a ser contado nos casos de lei tributária declarada constitucional pelo e. STF a partir da data dessa decisão.

2 - Não há que prevalecer a tese defendida pela decisão a quo, segundo a qual o prazo prescricional se inicia a partir da data em que o Estado deveria ter efetuado a restituição do montante mutuado. A se assim pensar, estar-se-ia a reconhecer que o empréstimo compulsório cobrado não violou a C.F.

3 - O ato atacado judicialmente foi precisamente a concretização da determinação contida no art. 10, do Decreto-Lei nº 2.288/86, instituidor da exação discutida, e não uma suposta recusa do Estado em efetuar a devolução.

4 - O art. 168, I, do CTN, estipula que o prazo prescricional da repetição de indébito começa a fluir, no caso de se configurar a hipótese do art. 165, I, parte primeira, a partir da sentença judicial trânsita em julgado.

5 - Preliminar de prescrição que se não reconhece, haja vista não terem se completado cinco anos da data em que a lei que criou o tributo foi declarada constitucional.

6 - Repetição de indébito procedente. Inconstitucionalidade já declarada do art. 10, do DL nº 2.288/86.

7 - Apelação Cível e remessa oficial, tida como interposta, improvidas.

Apelação Cível nº 24.279 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 17 de junho de 1993, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IAA - CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL - CONSTITUCIONALIDADE

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL AO IAA. CONSTITUCIONALIDADE.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA COOPERATIVA.

- Segundo o § 2º do artigo 1º do DL 56/66, as cooperativas de produtores respondem solidariamente às usinas cooperadas pelos créditos do IAA correspondentes à arrecadação da contribuição.

- Não há de se falar em identidade de base de cálculo entre um imposto (ICMS) e uma contribuição parafiscal (contribuição para o IAA).

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 18.969 - AL

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 10 de dezembro de 1992, à unanimidade)

Boletim 46 - agosto de 1993

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO - ANISTIADO - APOSENTADORIA EXCEPCIONAL
EMENTA:

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA EXCEPCIONAL DE ANISTIADO.
NULIDADE PROCESSUAL.

- A aposentadoria de anistiado, mesmo empregado de pessoa jurídica de direito privado, constitui encargo da União, como reparação ao ato de punição política.
- Ação proposta exclusivamente em face do INSS.
- Nulidade por falta de citação e consequente oportunidade de defesa da União, como litisconsorte necessária.
- Voto vencido que desprezava a nulidade, por tratar-se de processo retardado, em que a sentença, embora proferida em junho de 1991, somente foi remetida ao juízo recursal em março de 1993.

Apelação Cível nº 23.950 - PB

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 03 de junho de 1993, por maioria)

ADMINISTRATIVO - CREFITO - FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL
EMENTA:

- ADMINISTRATIVO. CREFITO - CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CLÍNICA MÉDICA. NÃO SUJEIÇÃO.
- Empresas que não exercem atribuições profissionais de fisioterapia e terapia ocupacional, como atividades-fins.
 - Submissão, no caso, à fiscalização e registro no Conselho Regional de Medicina.
 - Provimento do recurso. Concessão da segurança.

Apelação em Mandado de Segurança nº 24.964 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 03 de junho de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - UNIVERSIDADE - CARGOS DE DIREÇÃO
EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CARGOS OU FUNÇÕES DE DIREÇÃO. UNIVERSIDADE.

- Não se encontram os apelantes amparados pelo direito líquido e certo exigido pela norma mandamental, em seu art. 1º, Lei 1.533/51, uma vez que suas pretensões se localizam dentro do poder discricionário da Administração Pública, que pode estipular da sua oportunidade e conveniência como lhe aprouver.
- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 22.507 - AL

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 30 de junho de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - EX - COMBATENTE - APOSENTADORIA - PROMOÇÃO

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA DE EX-COMBATENTE. PROMOÇÃO AO POSTO IMEDIATO.

- Não pode o Judiciário conceder aumento de vencimentos, ou de proventos, suprindo omissão do legislador.

- Se a lei manda promover ao cargo imediatamente superior, não está dando direito a progressão horizontal. Inexistindo, no quadro da entidade, cargo superior, o servidor ex-combatente não tem direito a vantagens equivalentes, em referências.

- Apelação e remessa providas.

Apelação Cível nº 21.412 - PE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 15 de abril de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - OCUPAÇÃO DE MAIS DE UMA VAGA
EMENTA:

ADMINISTRATIVO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA. OCUPAÇÃO SIMULTÂNEA DE MAIS DE UMA VAGA. ILEGALIDADE DA PORTARIA MINISTERIAL N° 837/90.

- Fere o princípio da legalidade previsto no art. 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, a Portaria nº 837/90.
- Inexistência de amparo legal.
- Manutenção da sentença monocrática.
- Remessa Ex Officio improvida.

Remessa "Ex Officio" nº 24.606 - CE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 27 de abril de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MS - LIBERAÇÃO DE RECURSOS APROVADOS PELA SUDENE

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA.

- Pedido de concessão do writ para obtenção de ordem liberatória de recursos aprovados pela SUDENE, dispensada a obrigatoriedade de apresentação da certidão do Ministério do Trabalho de que a impetrante se encontra em dia com as obrigações trabalhistas.

- Segurança concedida nos termos do pedido, embora por fundamentos diversos dos expedidos pela impetrante.

- Exigência, ademais, que restou eliminada com a edição da Resolução nº 10.170/SUDENE.

- Apelação da qual não se toma conhecimento à míngua de interesse.

Apelação em Mandado de Segurança nº 5.105 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 02 de março de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SERVIDORES INATIVOS - ETFPB - SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE ABONO

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES INATIVOS DA ETFPB. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO ABONO INSTITuíDO PELA LEI N° 7.333/85.

- Ausência de ofensa a princípios constitucionais.

- Absorção decorrente da implantação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596/87.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 5.402 - PB

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 02 de março de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS

EMENTA:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. TOMADA DE PREÇOS. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS.

MUDANÇA DE ENDEREÇO. E.C.T.

- Não tem direito a autora, participante de procedimento licitatório, a pleitear indenização por perdas e danos junto à E.C.T., sob a alegação de que foi prejudicada por não receber correspondência que lhe foi endereçada, por culpa daquela empresa, quando não informou ao órgão licitante sua mudança de endereço.

- Ademais, do fato de não ter participado, não decorre a presunção de que ganharia se houvesse concorrido.

- Apelo improvido. Sentença mantida.

Apelação Cível nº 27.425 - SE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 01 de julho de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - SUNAB - CONGELAMENTO DE PREÇOS

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO. CONGELAMENTO DE PREÇOS. SUNAB. LEI DELEGADA N° 4/62. LEI 7.730/89.

- A intervenção no domínio econômico para evitar controle dos mercados, eliminar a concorrência desleal e o aumento arbitrário de lucros cabe à União Federal (art. 173, § 4º, da CF).

- Praticados preços superiores aos permitidos, reforma-se a sentença apelada.

Apelação Cível nº 7.664 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 16 de junho de 1993, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - UNIVERSIDADE - NEGAÇÃO DE MATRÍCULA

EMENTA:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. UNIVERSIDADE. NEGAÇÃO DE MATRÍCULA. ALEGAÇÃO DE FALTA DISCIPLINAR. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NÃO ASSEGURADOS.

- Aplicar sanção sem a necessária apuração em competente procedimento administrativo, mostra-se atitude abusiva e arbitrária.
- Evidencia-se a não obediência, pela impetrada, aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal, consubstanciados no art. 5º e incisos, da nossa Constituição Federal.
- Preliminar rejeitada.

Remessa "Ex Officio" em MS nº 2.982 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena
(Julgado em 15 de abril de 1993, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CIVIL
CIVIL - FIANÇA - FALÊNCIA DO DEVEDOR PRINCIPAL

EMENTA:

CIVIL. FIANÇA. FALÊNCIA DO DEVEDOR PRINCIPAL. RESPONSABILIDADE DOS FIADORES ATÉ O MOMENTO DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

- O fiador pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as extintivas da obrigação que competem ao devedor principal, se não provierem simplesmente de incapacidade pessoal, salvo o caso do art. 1.259 (Código Civil Brasileiro, art. 1.502).

- Uma vez decretada a falência do devedor principal, os fiadores co-obrigados respondem pelo montante devido até o momento daquela decretação, nas mesmas condições do falido afiançado.

Apelação Cível nº 21.424 - CE

Relator: Juiz Araken Mariz
(Julgado em 22 de junho de 1993, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL
CONSTITUCIONAL - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL - APOSENTADORIA

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL, SOB REGIME CELETISTA. BENEFÍCIO DO ART. 40, PARÁGRAFO 4º, DA CONSTITUIÇÃO. REGIME JURÍDICO ÚNICO.

- A Lei nº 8.112/90, que criou o regime jurídico único, extinguiu a distinção entre estatutário e celetista.

- O § 4º, do art. 40, da Constituição, aplica-se aos servidores públicos, mesmo aposentados, sob regime da CLT, pouco importando se o fato da aposentação ocorreu antes da sua vigência.

- Vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/90. Procedência.

Apelação Cível nº 24.024 - AL

Relator: Juiz Ridaldo Costa
(Julgado em 27 de maio de 1993, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL - FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL - DIREITO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. DIREITO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL. NÍVEL MÉDIO.

- A privatividade do exercício profissional da fisioterapia e da terapia ocupacional, para os titulares de curso superior, não impede o funcionamento de cursos de nível médio destinados a formar pessoal habilitado nessas áreas do conhecimento, desde que o título a estes fornecido não confira aos mesmos aquela prerrogativa, mas apenas os habilite ao desempenho de tarefas auxiliares.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 21.893 - AL

Relator: Juiz Hugo Machado
(Julgado em 18 de março de 1993, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MÉDICOS VETERINÁRIOS E AGRÔNOMOS - ISONOMIA

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ISONOMIA. MÉDICOS VETERINÁRIOS E AGRÔNOMOS.

- O Decreto-Lei nº 2.388 não equiparou vencimentos, mas simplesmente a gratificação instituída pelo Decreto-Lei nº 2.365/87.

- A isonomia garantida pelo art. 37 da Constituição não impõe equiparação de vencimentos entre categorias diversas de servidores do mesmo Poder.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 21.933 - AL

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 18 de março de 1993, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - ACESSO AO JUDICIÁRIO - EXAURIMENTO DAS VIAS ADMINISTRATIVAS

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ACESSO AO JUDICIÁRIO. EXAURIMENTO DAS VIAS ADMINISTRATIVAS. INEXIGIBILIDADE. PAGAMENTO ESPONTÂNEO DE TRIBUTO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. POSSIBILIDADE. ARTS. 570 E 729 DO RIR/80. NÃO INCIDÊNCIA.

- O acesso ao Judiciário não pode ser condicionado à prévia exaustão das vias administrativas, diante do preceito constitucional contido no art. 5º, XXXV, ainda mais quando a Administração, através da contestação, deixa claro que a autora não obteria êxito na esfera administrativa.

- O pagamento espontâneo do tributo não retira o direito de o contribuinte, verificado o equívoco, pleitear sua restituição, uma vez que o tributo decorre de lei, não prevalecendo a vontade.

- Demonstrada, in casu, a inocorrência de situação sujeita aos arts. 570 e 729 do RIR/80, elidindo-se a presunção de fraude ao fisco.

- Remessa oficial e apelo improvidos.

Apelação Cível nº 28.213 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 05 de agosto de 1993, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E FINANCEIRO - RENDIMENTOS PRÉ - FIXADOS - APLICAÇÃO DO FATOR DE DEFLAÇÃO

EMENTA:

FINANCEIRO. INVESTIMENTO EM CDB E RDB. RENDIMENTOS PRÉ-FIXADOS. APLICAÇÃO DO FATOR DE DEFLAÇÃO. ART. 27 DA LEI 8.177/91.

- Constitucional a Lei nº 8.177/91, na qual foi convertida a MP nº 294, que editou normas com a finalidade de obter a estabilização da economia nacional, normas essas de ordem pública e de alcance geral, de modo a implicar a derrogação de cláusulas de contratos em curso, tendo em vista a preservação da comutatividade dos mesmos. Por conseguinte, legítima se afigura a aplicação do fator de deflação previsto no art. 27 da Lei nº 8.177/91, para expurgar a correção monetária pré-fixada, tanto das obrigações quanto dos créditos das partes contratantes, decorrentes de contratos pactuados entre 01.09.90 e 31.01.91.

- Recurso improvido. Sentença confirmada.

Apelação em Mandado de Segurança nº 26.702 - PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 23 de junho de 1993, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PENAL

PENAL - ESTELIONATO - ABOLITIO CRIMINIS

EMENTA:

PENAL. ESTELIONATO. ABOLITIO CRIMINIS. EXACERBAÇÃO DO § 3º DO ART. 171 DO CPB.

1 - A falsificação de DARFs referentes a empréstimo compulsório sobre veículos usados, somada ao recolhimento de valores confiados pelos adquirentes, perfaz, inegavelmente, o tipo penal de que cuida o art. 171 do CPB.

2 - Não se constitui em abolidio criminis a declaração de inconstitucionalidade do referido compulsório, atendendo que a inexistência da obrigação tributária não elimina a responsabilidade penal de quem, mediante fraude, houve-se em vantagem ilícita.

3 - A exacerbação de que cuida o § 3º do art. 171 do CPB não se aplica à hipótese - precedentes jurisprudenciais.

4 - Apelação parcialmente provida.

Apelação Criminal nº 385 - CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 25 de agosto de 1992, à unanimidade)

PENAL - USO DE FALSO - NÃO APLICAÇÃO DE PRIVILÉGIO

EMENTA:

PENAL. USO DE FALSUM. DESCLASSIFICAÇÃO DA DENÚNCIA. CONCURSO MATERIAL COM CRIME DE ESTELIONATO. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA. PRIVILÉGIO DECORRENTE DO "PEQUENO VALOR".

1 - A despeito de inexistir concursos delictorum entre o crime de uso de falso e o de estelionato, vez que, exaurindo este a perfeição daquele, por ele é absorvido, importa atentar para a impossibilidade, no segundo grau, da mutatio libelli (Súmula 453 do STF).

2 - Tendo sido a falsificação apta à consecução da progressão funcional da ré, não há que falar em falsidade grosseira que autorize concluir-se por crime impossível.

3 - Não cuidando a espécie de crime contra o patrimônio, não há lugar para aplicação do privilégio em razão do "pequeno valor" do prejuízo.

4 - Apelações improvidas.

Apelação Criminal nº 462 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

Relator p/ Acórdão: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 18 de agosto de 1992, à unanimidade)

PENAL - DESCAMINHO - AUSÊNCIA DE DOLO - ABSOLVIÇÃO

EMENTA:

PENAL. DESCAMINHO. MERCADORIAS DA ZONA FRANCA DE MANAUS. COTA DE ISENÇÃO ULTRAPASSADA. AUSÊNCIA DE DOLO. ABSOLVIÇÃO.

- O tipo subjetivo de descaminho é o dolo, consistente na vontade livre e consciente de iludir no todo ou em parte o pagamento do tributo.

- Se o réu em nenhum momento procurou iludir os encargos tributários incidentes sobre o excesso da cota legal de isenção, descharacteriza-se qualquer conduta dolosa.

- Sentença absolutória que se mantém.

Apelação Criminal nº 619 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 09 de junho de 1993, por maioria)

PENAL - ESTELIONATO - FUNCIONÁRIA DA UFPE

EMENTA:

PENAL. ESTELIONATO. FUNCIONÁRIA DA UFPE. USO DE DOCUMENTO FALSO PARA OBTEÇÃO DE ASCENSÃO FUNCIONAL.

- Para a configuração do crime de estelionato, além do induzimento ou manutenção da vítima em erro, mediante meio fraudulento, exige-se a efetiva obtenção de vantagem patrimonial ilícita pelo agente.

- Se a denunciada fazia jus à ascensão, por exercer funções inerentes ao cargo ao qual ascendeu, desaparece a ilicitude da vantagem.

- Descharacterizado o estelionato, também não se poderia falar em condenação pelo crime de uso de documento falso, entendido como delito meio e absorvido pelo crime principal, conforme a melhor doutrina.

- Sentença absolutória mantida.

Apelação Criminal nº 673 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 13 de maio de 1993, à unanimidade)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - DESCAMINHO - ISENÇÃO DA PENA

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. DESCONHECIMENTO DA ILICITUDE. HOMEM SIMPLES E SEM INSTRUÇÃO. ISENÇÃO DA PENA DE DESCAMINHO. ART. 21 DO CPB.

- Sendo o réu homem simples e sem qualquer instrução, e desconhecendo a ilicitude do fato, é o caso de isenção da pena de descaminho, nos termos do art. 21 do CPB.

- Apelação improvida. Sentença mantida.

Apelação Criminal nº 612 - SE

Relator: Juiz Francisco Falcão

Relator p/ Acórdão: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 15 de abril de 1993, por maioria)

PENAL - DESACATO - SUJEITO PASSIVO

EMENTA:

PENAL. DESACATO. ALUNO DE UNIVERSIDADE FEDERAL QUE AMEAÇA E OFENDE PROFESSORES.

- Caracterização do delito de desacato, que tem como sujeito passivo o servidor público, que, no novo sistema constitucional, está submetido a regime único, tanto na administração direta quanto nas autarquias e fundações.

- Prova suficiente para a condenação.

Apelação Criminal nº 718 - RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 22 de junho de 1993, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO - EX - COMBATENTE - APOSENTADORIA - EQUIPARAÇÃO

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. EX-COMBATENTE. SERVIDOR AUTÁRQUICO ESTADUAL APOSENTADO.

ENCAMPAÇÃO DA AUTARQUIA POR EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. EQUIPARAÇÃO DE BENEFÍCIO AOS VENCIMENTOS DE SERVIDOR ATIVO.

- O servidor da Administração do Porto do Recife que foi encampada pela Portobrás, empresa pública federal, não faz jus à equiparação de aposentadoria com funcionário desta concessionária.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 16.101 - PE

Relator: Juiz Ridaldo Costa

(Julgado em 03 de junho de 1993, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIOS - PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. SÚMULA 163/TFR E ART. 103, DA LEI 8.213/91. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA PARA RECONHECER A PRESCRIÇÃO ALEGADA.

1 - Sem prejuízo do direito ao benefício, prescreve em 05 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes e dos ausentes (art. 103, da Lei nº 8.213/91 - Súmula 163/TFR).

2 - O benefício previdenciário constitui dívida de valor, devendo ser pago com correção monetária incidente sobre as prestações atrasadas não atingidas pela prescrição.

3 - Apelação provida para excluir da condenação o pagamento das parcelas prescritas, devendo remanescer as demais cominações impostas.

Apelação Cível nº 23.106 - PE

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 27 de abril de 1993, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RURAL

EMENTA:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO RURAL.

- Auto-aplicabilidade das disposições contidas nos parágrafos 5º e 6º do art. 201 da Constituição Federal.

- Honorários de sucumbência.

- Causa em que ficou vencida a autarquia federal.

- A exceção prevista no § 4º do art. 20, CPC, alcança apenas as entidades da administração direta; as da administração indireta, somente na execução fiscal.
- Percentual mínimo de 10% que deve incidir sobre o valor da condenação.

- Apelo parcialmente provido.

Apelação Cível nº 26.376 - RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 08 de junho de 1993, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROVENTOS DA APOSENTADORIA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVENTOS DA APOSENTADORIA. INPC 147%.

1 - É dever do Estado preservar e amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida (art. 230 da CF).

2 - Há periculum in mora na falta do pagamento da aposentadoria e a fumaça do bom direito está também caracterizada, até porque o Superior Tribunal de Justiça, em decisão recente, considerou devido o percentual questionado.

3 - Agravo de instrumento improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.178 - SE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 24 de novembro de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - SUSPEIÇÃO DO JUIZ

EMENTA:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SUSPEIÇÃO DO JUIZ.

- Declaração de suspeição e remessa dos autos ao Juiz substituto da Vara.

- Não deve o Juiz substituto questionar os motivos da suspeição alegados pelo titular da Vara, para fins de conflito de competência, que, a rigor, não há.

- Razões de ordem prática impõem, de logo, solução do incidente a fim de declarar a competência do suscitante, como substituto do Juiz que se declarou suspeito.

Conflito de Competência nº 143 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 09 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA - ATOS DECISÓRIOS

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. ATOS DECISÓRIOS. NULIDADE.

01 - A declaração da incompetência absoluta provoca a nulidade de todos atos decisórios praticados nos autos. Preserva-se apenas os atos ordinatórios e probatórios, em observância ao princípio da celeridade processual. Inteligência do art. 113, do Estatuto Processual Civil.

02 - Remessa dos autos ao juízo de origem.

Apelação Cível nº 24.267 - CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 30 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA CONCESSIVA DE SEGURANÇA - EXECUÇÃO PROVISÓRIA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM DE SEGURANÇA.

01 - O mandado de segurança, de rito célere, tem como finalidade proteger direito líquido e certo. Em consequência, a sentença concessiva da segurança deve imediatamente ser cumprida.

02 - Segurança concedida.

Mandado de Segurança nº 24.022 - PB

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 30 de junho de 1993, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - DEPÓSITO EM GARANTIA DO JUÍZO - LIBERAÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. DEPÓSITO EM GARANTIA DO JUÍZO. INTEGRALIDADE. LIBERAÇÃO.

- O depósito de que trata o art. 151, II, do CTN, pode ser feito independentemente de autorização judicial. Independe, assim, da propositura de ação cautelar. De qualquer modo, só suspende a exigibilidade do crédito tributário quando integral, vale dizer, da quantia correspondente ao que o credor pretende receber, sendo inadmissível qualquer disputa a respeito de seu valor.

- O despacho em cuja fundamentação o Juiz reportar-se aos fundamentos de sentença, cuja cópia junta, não é nulo porque não é desprovido de fundamentação.

- O depósito de que trata o art. 151, II, do CTN, é uma faculdade que a lei oferece ao contribuinte. Assim, pode ser levantado, a qualquer tempo, desde que inexista sentença considerando improcedente a pretensão de não pagar o tributo e determinando, em consequência, a conversão do depósito em renda do titular do crédito em questão.

- Agravo parcialmente provido.

Agravo de Instrumento nº 2.386 - CE

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 15 de abril de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - EXTINÇÃO DO PROCESSO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO (ART. 267, VI, DO CPC). CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE PROCESSUAL, NOS TERMOS DO ART. 891, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APelação PROVIDA. NULIDADE DA SENTENÇA.

- O interesse processual restou caracterizado com o depósito da quantia que a consignante julgou ser a res debita.

- A consignação produz, no plano do direito material, o efeito de pagamento. A eficácia constitutiva decorreu do próprio depósito.

- Apelação a que se dá provimento para anular a sentença monocrática.

Apelação Cível nº 22.817 - RN

Relator: Juiz José Delgado

(Julgado em 27 de abril de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - SEGURANÇA DO JUÍZO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL.

- Propositura quando em curso ação visando à anulação do débito tributário.

- Segurança do Juízo.

- Liminar cassada.

- Validade dos atos executivos.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.100 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 01 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - ATO QUE INOVA O OBJETO DO LITÍGIO
EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL.

- Se, no curso de ação de consignação em pagamento, após efetivado o depósito, o réu pratica ato que inova o objeto do litígio, viabiliza-se a adoção de providência judicial destinada a preservar o estado da lide.

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.487 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 08 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CAUTELAR - VALOR DA CAUSA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR. VALOR DA CAUSA.

I - No processo cautelar, deve ser atribuído à causa valor que, não necessariamente coincidente com o valor da causa principal, corresponda ao valor do benefício patrimonial a que visa o requerente.

II - Precedentes (Ag 1.066-AL, publ. no DJU de 22.02.91).

III - Agravo improvido.

Agravo Regimental nº 2.165 - RN

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 09 de março de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA.

- Impossibilidade de sua utilização para mera declaração de inexistência de relação jurídica obrigacional, mormente quando não caracterizado qualquer ato abusivo ou ameaça.

- Processo extinto sem julgamento do mérito.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 7.564 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 09 de março de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - FGTS - PEDIDO DE LIBERAÇÃO

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE IMPORTÂNCIAS DEPOSITADAS NO FGTS.

- Litisconsórcio passivo necessário da União Federal que deve ser chamada, nessa qualidade, a integrar o pólo passivo da relação processual.

- Sentença que se anula a fim de que seja cumprido o disposto no parágrafo único, do art. 47, do CPC.

Apelação em Mandado de Segurança nº 23.351 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 06 de abril de 1993, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA - LIQUIDAÇÃO IMEDIATA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEI N° 8.213/91, ART. 128.

- O fato do STF haver suprimido do art. 130, da Lei nº 8.213/91, o comando de cumprimento imediato da decisão ou sentença, via processo suplementar ou carta de sentença, não exclui a eficácia do art. 128 que determina a liquidação imediata, nos casos de demandas cujos valores não ultrapassarem Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros reais).

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 2.481 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 23 de junho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO - EXECUÇÃO DO TÍTULO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. EXECUÇÃO DO TÍTULO. COMPETÊNCIA.

- Enquanto não desconstituído, através da via própria, o título judicial transitado em julgado, é competente para processar e julgar a respectiva execução o Juízo por onde correu a reclamação trabalhista.

- Conflito que se suscita.

Apelação Cível nº 23.995 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 01 de julho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - REJEIÇÃO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

- É de se rejeitar embargos que não sejam fundados nas hipóteses previstas no Código de Processo Civil, que condiciona o seu cabimento à existência de dúvida, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

- Vedada, portanto, é a reabertura da discussão sobre o mérito, assim como especulações sobre a fundamentação inserta na decisão.

- Embargos rejeitados.

Embargos de Declaração na AC nº 17.705 - AL

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 05 de agosto de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ART. 105, I, D, DA CF.

- O pedido dos reclamantes cinge-se de natureza estritamente trabalhista, ao buscar reposição sobre os salários de março de 1990, quando ainda regidos pela legislação obreira.

- O egrégio Superior Tribunal de Justiça, mesmo na hipótese de servidor público, comprehende competente a justiça laboral para processar e julgar súplica fundada na legislação trabalhista.

- Conflito negativo suscitado. Remessa dos autos ao colendo STJ.

Apelação Cível nº 24.366 - CE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 17 de junho de 1993, por maioria)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSUAL PENAL - HC - RECURSO EX OFFICIO

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SENTENÇA CONCESSIVA. RECURSO EX OFFICIO.

- As sentenças concessivas de habeas corpus sujeitam-se, obrigatoriamente, ao duplo grau de jurisdição - CPP, art. 574, I.

- Writ visando ao trancamento de inquérito policial em que o paciente fora indiciado como incursa nas penas dos arts. 20 da Lei 4.947/66, 299 e 304 do CPB.

- Atipicidade dos fatos narrados no IPL. Falsidade do documento não comprovada.

- Sentença concessiva que se mantém.

- Remessa improvida.

Recurso de Habeas Corpus nº 268 - CE

Relator: Juiz Ridaldo Costa

(Julgado em 01 de julho de 1993, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - HC - COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PARA CONHECER DO PEDIDO

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL.

- Habeas corpus em que figura como autoridade coatora Procurador da República que oficia perante Juízo Federal.

- Interpretação analógica que impõe a competência do Tribunal para conhecer do pedido.

- Conhecimento direto da postulação.

- Hipótese em que Delegado da Receita Federal recebe requisição de diligências da Procuradoria da República e presta informações sobre a centralização de investigações sobre fatos relacionados com o então Presidente da República.

- Descaracterização evidente de desobediência ou prevaricação.

- Ordem deferida.

Recurso Criminal nº 54 - AL

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 23 de março de 1993, por maioria)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - FATO GERADOR

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. TRIGO EM GRÃO. FATO GERADOR. PORTARIA MEFP 938/91. LEGALIDADE. APELO IMPROVIDO.

- O fato gerador do imposto sobre importação é a entrada da mercadoria no território nacional e não a data da expedição da guia de importação (art. 19 do CTN).

- Não há que se falar em violação ao princípio da irretroatividade das leis, uma vez que, ao outorgar isenção, a norma tributária atinge apenas os casos ali especificados.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 13.312 - AL

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 30 de junho de 1993, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IR - CONVERSÃO EM UFIR

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. CONVERSÃO EM UFIR.

- Publicada a Lei 8.383/91 no último dia do ano-base, é válida a previsão de conversão das cotas de pagamento em UFIR, para atualização monetária.

- Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 26.792 - SE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 08 de junho de 1993, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - ALÍQUOTA

EMENTA:

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. FATO GERADOR. GUIA DE IMPORTAÇÃO. PORTARIA N° 711/92.

- Verificada a ocorrência do fato gerador do imposto de importação na vigência da Portaria 711/92, correto é o recolhimento do imposto sob a alíquota nela exigida.

- Sentença confirmada. Apelo improvido.

Apelação em Mandado de Segurança nº 27.028 - AL

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 01 de julho de 1993, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IAA - CONTRIBUIÇÃO - CONSTITUCIONALIDADE

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O IAA. CONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS-LEIS N°S 308/67, 1.712/79 E 1.952/82. LEGISLAÇÃO RECEPCIONADA PELA ATUAL CARTA.

- A contribuição para o IAA e o respectivo adicional foram instituídos por decretos-leis, instrumentos aptos, à época, para tal finalidade.

- A proibição contida no parágrafo único do art. 6º (CF/67) vedava a delegação de atribuições de um poder para outro, nunca na mesma esfera.

- Recepção pela Constituição/88 das normas reguladoras da contribuição para o IAA e do adicional.

- Remessa e apelação providas.

Apelação Cível nº 8.078 - PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 27 de maio de 1993, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - TRD

EMENTA:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LEI N° 8.177/91. TRD. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE FERIDA. INCIDÊNCIA. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELA LEI N° 8.383/91.

- Ao editar a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a União Federal reconheceu a inconstitucionalidade da TRD, quando autorizou a compensação ou a restituição dos valores pagos a título dela.

- Preliminar rejeitada.

- Remessa desprovida.

Remessa "Ex Officio" na AC nº 14.263 - AL

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 27 de maio de 1993, à unanimidade)

Boletim 47 - setembro de 1993